

Não sabe que uma faísca incendia uma floresta?:
campanhas, greves e comícios organizados pelos trabalhadores comunistas em
Magé

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

Doutorando em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV e
Mestre em História Social pela FFP/UERJ.

O período compreendido entre 1945 e 1964 foi uma época bastante rica em experiências para os trabalhadores têxteis de Magé, tida por eles como um tempo áureo, de muitas conquistas para a categoria, sobretudo via participação político-sindical. Esse contexto coincidiu, justamente, com a ascensão do Partido Comunista do Brasil (PCB) nos sindicatos no município, quando vários de seus militantes foram eleitos diretores nessas entidades.

A maioria desses comunistas surgiu como lideranças operárias a partir das comissões de fábrica, estratégia do partido que cresceu ao longo da primeira metade da década de 1950, mantendo certa autonomia frente às diretorias sindicais e tornando-se a base fundamental de sustentação do PCB nas campanhas eleitorais nos sindicatos.

Na política institucional, os comunistas conseguiram eleger diversos vereadores na Câmara de Magé, através da legenda de outros partidos, em todos os pleitos municipais. Ao todo, foram onze vereadores comunistas empossados no período, em sua grande maioria de operários têxteis.¹

À época, o município de Magé possuía cinco indústrias têxteis funcionando simultaneamente: a Companhia Mageense, no 1º Distrito; as fábricas Santo Aleixo e Andorinhas, no 2º Distrito; e as fábricas Pau Grande e Santana, ambas da Companhia América Fabril, no 6º Distrito. Tudo isso sem contar a Fábrica Cometa, também no 6º

¹ Em 1947, foram eleitos o médico Irun Sant'Anna, o comerciante e ex-operário têxtil José Muniz de Melo (licenciado durante o mandato), os tecelões Feliciano Costa e Agenor dos Santos, e o ex-operário da Fábrica de Pólvora Argemiro da Cruz Araújo (suplente empossado durante o mandato). Em 1950, elegeram-se o eletricitário José Aquino de Santana, o tecelão Petronilho Alves (diplomado e empossado somente no final do mandato) e a tecelã Ilza Gouvea (suplente empossada no início do mandato). Em 1954, foi eleito o líder camponês e ex-operário têxtil Manoel Ferreira de Lima. Em 1958 e 1962, foram eleitos e reeleitos os operários Astério dos Santos e Darcy Câmara.

Distrito, que por estar localizada em região fronteiriça rendia tributos ao município de Petrópolis.

Ao analisarmos as formas de organização e lutas dos trabalhadores comunistas em Magé, podemos destacar alguns episódios (campanhas, comícios e greves) que marcaram sobremaneira suas reputações políticas, ao passo que também configuraram, direta ou indiretamente, como um fator destacado na construção da memória e da identidade desses operários.

COMÍCIO DE PRESTES

Um fato interessante nesse sentido, e que pretendemos abordar mais amiúde, foi a visita do então senador Luís Carlos Prestes ao município de Magé, ocorrida em 26 de outubro de 1946, sendo bastante citada no *Tribuna Popular* (periódico do PCB), quanto nos relatórios dos investigadores da polícia política. Por sinal, devido à diversidade de fontes disponíveis sobre o evento, sua importância político-simbólica para os comunistas mageenses e sua realização ainda no período de legalidade do PCB, essa visita de Prestes merece destaque.



Imagem 01: Fac-simile do *Tribuna Popular*, de 27 de outubro de 1946. p.1. Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

Para o partido, o evento configurou como uma interessante oportunidade de angariar recursos, principalmente para os seus periódicos. Na ocasião, Dr. Irun Sant'Anna era o presidente da Comissão de Finanças Pró-Imprensa Popular de Magé. A partir dessas comissões, existentes em vários municípios, o PCB criou, no ano seguinte, o Movimento de Auxílio à Imprensa Popular (MAIP), solicitando ajuda financeira de militantes e simpatizantes para manter os jornais do partido e seus afiliados.

“A Comissão de Finanças Pró-Imprensa Popular, cumprindo suas finalidades de dotar de máquinas os jornais do povo, promoveu a visita no dia 26 do corrente, do Senador Luiz Carlos Prestes ao nosso município. (...) Outrossim, solicita a maior boa vontade de sua parte quando for procurado para dar sua ajuda material à Imprensa Popular, ajuda que poderá ser em dinheiro ou em prenda a ser leiloadas por ocasião do comício”. (APERJ, outubro de 1946).

O evento adquiriu ares de espetáculo, sendo chamado de “*comício monstro*” pelo periódico comunista. De fato, foi a primeira vez que Prestes visitou o município. Para os militantes do PCB mageense, sobretudo os operários, essa seria uma grande oportunidade de verem e ouvirem seu líder pessoalmente. Inclusive, foram disponibilizados pela organização do evento alguns caminhões para transportarem os tecelões de Santo Aleixo e Pau Grande até o comício, aspecto destacado nas duas fontes em questão, que ora passaremos a analisar.

Na Parte de Serviço redigida pelo investigador Austrícliano da Silva ao Comissário Geral da DOPS, nota-se que o autor recebeu como missão específica observar o referido comício, relatando desde os discursos proferidos até os bastidores do evento, inclusive identificando o máximo de comunistas que participaram do evento.

O aspecto da identificação, por sinal, era uma prática obrigatória dos investigadores, pois, a partir dos nomes e das placas de veículos citados, a polícia política conseguia elaborar, paulatinamente, dossiês temáticos e prontuários de pessoas físicas e jurídicas. Nos documentos acessados durante a pesquisa, em sua grande maioria redigidos em máquinas de escrever, observamos diversas anotações feitas por outros investigadores, de próprio punho, indicando, por exemplo, o número do prontuário daqueles que já haviam sido fichados na DOPS. Além disso, em muitos documentos constam as datas do seu trâmite, junto ao carimbo do órgão de polícia política.

No caso do comício de Luiz Carlos Prestes em Magé, vale ressaltar que o PCB encontrava-se na legalidade. Talvez por isso, o mencionado relatório apresentou-se de forma tão descritiva, diferente daqueles redigidos durante a clandestinidade do partido, quando proliferavam adjetivos pejorativos, tanto em relação ao comunismo, quanto aos seus adeptos.

“(…) Designado por V. S. para fazer o serviço de observação no comício do Comitê Municipal de Magé, do PCB, no dia 26 do corrente, cumpre-me comunicar o seguinte: (...) chegaram àquela cidade os caminhões chapas 1.53.14 de Petrópolis e 2.71.47 de Niterói, este guiado pelo comunista conhecido como ‘Pimpão’, a fim de transportarem os comunistas de Santo Aleixo e Vila Inhomirim (...). Ao local compareceram cerca de 500 pessoas e representações das células Siqueira Campos, Agenor Araújo e José Camargo. No palanque encontravam-se entre outros os senhores Drs. Irun Sant’Anna e Israel Jacob Averbach e o polícia comunista Benedito

Pereira da Silva (...). Às 20:25 horas chegou a cidade o senador Luiz Carlos Prestes, no auto chapa do DF 1.49.13, tendo a escoltá-lo o carro 1.07.25 de Magé e a acompanhá-lo o carro 1.07.02 do DF, sendo queimados diversos fogos de artifício. O Comício foi iniciado com uma mensagem do Comitê Distrital de Santo Aleixo saudando o senador, tendo feito uso da palavra os senhores Germano Narciso, Secretário Político do Comitê Municipal de Magé; Luzia Aquino Santana, que falou sobre o cambio negro e a retenção de mercadorias; Edgard Leite Pereira, Secretário das Massas do Comitê M. de Magé, que falou sobre a situação do País. Às 20:40 horas ocupou o microfone o senador Luiz Carlos Prestes, que iniciou o seu discurso, fazendo uma saudação do PCB aos mageenses; sobre a nova Carta Constitucional; que os representantes do PCB na Assembléia tem a missão de defender os interesses do povo; sobre o Congresso dos Sindicatos que foi realizado apesar da má vontade do Ministro do Trabalho; que os operários precisam se unir para, através dos seus Sindicatos, obter a verdadeira democracia; que o Ministro do Trabalho teve policiais infiltrados nos Sindicatos; sobre os operários que devem dar o apoio a CTB [Confederação dos Trabalhadores do Brasil] para que ela possa se ligar às demais ligas do Continente e desta, a mundial, que aí então os operários estariam ligados aos seus colegas da Rússia; sobre a Carta atual, que apesar e não ser modelar, é muito melhor do que a de 37; que o Brasil precisava ter um Presidente eleito pela Assembléia Constituinte, o que foi proposto pelos comunistas e que foi rejeitado pela maioria; que o seu desejo era que o voto fosse livre; que os analfabetos votassem, pois no meio destes é que existe o maior número de crianças famintas; que a Constituinte nega o direito de voto aos soldados e marinheiros, e se os sargentos hoje têm esse direito, devem-no aos comunistas; sobre terras para os camponeses; que diversas fábricas pararam a sua produção de calçados e tecidos por terem em excesso, enquanto o povo vive seminu e descalço porque não tem o dinheiro para adquirir; sobre a inflação; sobre o aumento de salário dos operários; que os americanos, a fim de beneficiar o seu comércio no exterior, inventaram o ‘livro azul’, procurando jogar os brasileiros de encontro aos argentinos; que, felizmente, esses dois países enxergaram a tempo, evitando que houvesse um derramamento de sangue como houve no Chaco; sobre a falta de açúcar, do pão e do trigo no Brasil, que falta tudo mas tem tudo, terminando sua oração às 21:55 horas. Findo o comício, os assistentes, que, como disse acima, quase na sua totalidade eram de Santo Aleixo e Vila Inhomirim, ao se dirigirem para os caminhões que estavam estacionados na Praça onde se realizava a festa artística, foram vaiados pelo povo que ali se encontrava”. (APERJ, 29 de outubro de 1946)

Enquanto que o investigador relatou todo o comício, desde os preparativos até o pós-encerramento, o *Tribuna Popular* priorizou em publicar as impressões de seu “enviado especial” para o comício, sobretudo durante sua concentração. Interessante observar que o investigador referiu-se apenas a quinhentas pessoas presentes no evento,

além de militantes das células do PCB no município. Já a reportagem, além de divulgar sua realização durante toda a semana anterior, destacou a presença de dez mil pessoas no comício e sua transmissão pela rádio da cidade.

“(…) Estamos assistindo, neste momento, a concentração do povo na Praça Nilo Peçanha, para assistir ao grande comício promovido pelo Partido Comunista do Brasil, que terá início dentro de poucas horas e, durante o qual, falará o senador Luiz Carlos Prestes. A grande e contínua afluência de pessoas e o entusiasmo que já se observa, deixam prever claramente o êxito democrático sem precedentes dessa grandiosa reunião popular em praça pública para receber pela primeira vez, na vida de Magé, Luiz Carlos Prestes. Os caminhões chegam continuamente, repletos de operários e suas famílias, provenientes dos distritos de Inhomirim, Santo Aleixo e Andorinhas. Conforme já se pode verificar, a célula ‘Padre Roma’ deste município realizou uma ampla mobilização de massa. Seguramente cerca de 10 mil pessoas já se encontravam reunidas na praça, revelando essa considerável multidão sinais evidentes de ansiedade e regozijo para ouvir a palavra de Prestes. A estação de rádio de Magé está presente no local do ‘meeting’, pronta para irradiá-lo. Calcula-se que o comício se prolongará até as 24 horas”. (Tribuna Popular, 27 de outubro de 1946).

Dessa forma, ao pesquisarmos tanto os documentos da polícia política fluminense, quanto os periódicos do partido, reiteramos a necessidade de analisá-los com bastante cautela. Indubitavelmente, no presente trabalho, a utilização dessas fontes ocorreu ainda que de forma experimental, valorizando principalmente seu caráter informativo. Entretanto, isso não a eximiu de proflucas críticas. Acreditamos que, na medida em que o acesso aos prontuários individuais de outros militantes comunistas mageenses, sobretudo operários, for sendo viabilizado, sofrerão um processo de renovação substancial os estudos que abordam a questão da militância comunista no seio da classe trabalhadora, seu capital político e as políticas de repressão a essas práticas.

Se, por um lado, na visão dos comunistas, o município apresentava um período de “*êxito democrático*”, tendo o PCB recebido “*o mais entusiástico e caloroso apoio de todo o povo mageense*”, conforme noticiaram seus jornais; por outro, Magé despontava como uma “*infeliz cidade*”, “*pela grande quantidade de micróbios moscovitas lá estagnados, a espera da Lei de Segurança, o desinfetante ideal para tais germes*”, tal como enfatizaram os agentes da polícia política. (APERJ, 10 de janeiro de 1949).

CAMPANHAS PELA PAZ E PELO PETRÓLEO NACIONAL

“(…) Nós não deixávamos morrer as lutas políticas! Então, desde 42, que nós lutamos politicamente contra o fascismo, pela força expedicionária, depois fizemos a comissão de ajuda à força expedicionária, e a de Magé foi uma das melhores... Depois fomos para o problema do ‘Petróleo é nosso’! Fomos contra a bomba atômica, fizemos pela paz continuamente... Cansamos de fazer comícios contra a bomba atômica. Esse comício, que iam me matando, foi um comício pela paz! Eu iria morrer pela paz! [risos]”. (Irun Sant’Anna, 2006).

Esse comício do qual se refere o médico Irun Sant’Anna foi realizado no dia 27 de março de 1949, em Santo Aleixo, tendo sido bastante reprimido pela polícia. Em meio aos discursos, os ânimos se exaltaram e houve uma grave discussão, quando um soldado tentou agredir Dr. Irun com uma coronhada de fuzil. Ao tentar defendê-lo, o tecelão Euzébio de Souza acabou fraturando o antebraço. Na ocasião, o médico, o operário e o ex-vereador Agenor dos Santos foram presos e conduzidos à DOPS, em Niterói, pelos investigadores. No registro da ocorrência, porém, eles foram acusados de agressão aos policiais, não sendo relatada a fratura do operário.

“Às 23:30 horas, compareceu nesta Divisão de Ordem Política e Social, de regresso da diligência do Município de Magé, o investigador nº 21, João Lyce de Armando, conduzindo presos em flagrante delito, do lugar denominado Andorinhas, 2º Distrito de Magé, os seguintes cidadãos: Dr. Irun Sant’Anna (...), Euzébio Porfírio de Souza (...) e Agenor José dos Santos (...), por terem as dezessete horas e trinta minutos, aproximadamente, quando iniciava um comício, em ‘Defesa da Paz’, na via pública, na Praça de Andorinhas, ao serem advertidos pela turma de investigadores, digo pelo investigador José Ferreira Pinto, de que por ordem superior não poderiam realizar o comício, eles não acataram, passando a destratar os policiais e as autoridades constituídas, tendo o primeiro agredido ao investigador nº 81, José Ferreira Pinto, com um soco que atingiu a região mamar do lado direito e depois com um guarda-chuva que trazia, e, enquanto isto acontecia, Euzébio Porfírio de Souza que também estava de guarda-chuva, juntamente com Agenor José dos Santos, passaram a agredir os soldados (...), e quando o investigador (...) lhes deu ordem de prisão, no que não foi obedecido, foi necessário grande esforço para compeli-los à os submeterem a prisão (...)”. (APERJ, 28 de março de 1949).

Vale ressaltar que esse contexto já se encontrava demasiadamente marcado pelo início da chamada Guerra Fria, que foi desencadeada a partir do constante confronto político-ideológico entre as duas potências que emergiram da Segunda Guerra Mundial,

Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Desse modo, intensificou-se uma era de extremos, marcada pelo medo que teria perpassado praticamente todo o século XX: a possibilidade de revolução socialista internacional, inspirada na Rússia de 1917. (Cf. HOBBSBAWN, 1995).

Com esse confronto declarado, o mundo vivia sob a iminência de um novo conflito de caráter mundial, que, em certos momentos, pareceu realmente ocorrer, sobretudo com a profusão de armas nucleares empreendida por essas potências. Não obstante, no final da década de 1940, militantes comunistas de diversos países lançaram campanhas que definiam como seu propósito garantir a paz mundial. Em 1950, esse “Movimento pela Paz” intensificou-se com a Campanha pela Proibição das Armas Atômicas, lançada através do “Apelo de Estocolmo”, que consistia na coleta de milhões de assinaturas a serem enviadas à Organização das Nações Unidas (ONU) para proibir a utilização de armas atômicas por qualquer país, como também a destruição dos arsenais atômicos até então existentes.

No Brasil, esse cenário internacional repercutiu, sobretudo, por meio de uma forte ideologia anticomunista. Tendo o governo brasileiro apoiado as decisões da diplomacia norte-americana no contexto da Guerra Fria, todas as campanhas veiculadas pelo PCB passaram a ser intensamente reprimidas, o que, na prática, já vinha ocorrendo desde 1947, com a cassação do registro do partido. Nesse sentido, as campanhas de luta pela paz, empreendidas pela URSS e pelos partidos comunistas, eram consideradas como uma farsa.

“(…) Cada país tinha uma cota de assinaturas que deveria coletar e, posteriormente, enviar aos respectivos Congressos Mundiais da Paz. Assim, cada partido comunista deveria se empenhar ao máximo para atingir suas cotas. O PCB assumiu a tarefa, divulgando e propagando as ‘Campanhas’. Os comunistas brasileiros, na intenção de conquistar o maior número possível de assinaturas, lançaram mão de diversas estratégias: comícios-relâmpagos, emulações, festas, festivais, concursos, palestras, enterros simbólicos concernentes a uma possível catástrofe nuclear, jornal-mural, dramatizações sobre os efeitos das bombas atômicas jogadas sobre as cidades japonesas, distribuição de panfletos redigidos de maneira didática e utilização de sua imprensa. (...) O ‘Movimento pela Paz’ e suas campanhas, dirigidos, veiculados e propagandeados pelo PCB foram duramente perseguidos e reprimidos. Importa ressaltar que o ‘Movimento pela Paz’ e as campanhas que veiculavam não foram postos na ilegalidade. Como os comunistas eram os responsáveis pela sua divulgação e propaganda, assim como pela coleta de assinaturas,

foram considerados, desse modo, ‘subversivos’ e ‘perturbadores da ordem’, pelos dirigentes do governo brasileiro. Nesse caso, fazia-se necessário combatê-los”. (RIBEIRO, 2007: 64-65).

Outra campanha de caráter nacional empreendida pelo PCB e que também repercutiu em Magé foi a Campanha pelo Petróleo, que lutou pela autonomia brasileira na exploração do combustível. Com o célebre bordão “O Petróleo é nosso”, a campanha foi patrocinada pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, recebendo a adesão de diversos nacionalistas, incluindo os comunistas. Eles travaram um intenso debate contra aqueles que defendiam o ingresso de empresas estrangeiras na exploração do combustível no Brasil.

Na realidade, o PCB aproveitou bastante essas circunstâncias para encaminhar suas demandas e buscar meios legais na divulgação de suas propostas, assumindo-se por vezes como o grande articulador dessas campanhas. Os movimentos contra a bomba atômica, pela paz e pelo petróleo são um exemplo disso. Eles foram tratados como um mecanismo eficaz para que o PCB conseguisse reorganizar-se nos diferentes campos de atuação: local, regional, estadual e nacional. Dessa forma, salientamos que todas essas campanhas e mobilizações empreendidas pelos comunistas no país configuraram como uma base de reestruturação financeira do PCB, como também de manutenção do discurso do partido junto aos brasileiros. (QUERINO, 2006: 114).

CAMPANHA PELO ABONO DE NATAL

No município de Magé, percebemos que uma das campanhas de maior adesão operária foi a do Abono de Natal. No final de cada ano, os comunistas tratavam de organizar comissões de operários, uma para cada fábrica de tecidos, que negociavam diretamente com os gerentes das empresas reivindicando um subsídio em dinheiro, além do salário convencional, para o período de festas natalinas. Essa campanha tornou-se bastante notória entre os trabalhadores mageenses.

“Nos anos 40, houve muita greve, surgindo inclusive um movimento dominante pelo Abono de Natal. Fazia-se muita greve nas proximidades do Natal para se conseguir o abono. Todo o ano aquilo se repetia e não se conseguia nada. Até que o Aarão Steinbruch se elege deputado federal, pega o Abono de Natal e chama de décimo terceiro, virou o décimo terceiro que está aí. Mas Magé, Santo Aleixo,

principalmente, e Pau Grande, todo ano parava por causa do Abono de Natal, que já era uma reivindicação em Santo Aleixo há bastante tempo, desde os anos 40 (...)”. (Irun Sant’Anna, 2006).

“Naquele tempo ninguém sonhava com o 13º, e o **Sindicato** resolveu pedir Abono de Natal; nós percorremos todas as fábricas, não ganhamos, mas já foi uma luta”. [grifo nosso]. (Paulo Lopes, 2005).

Interessante observar como que a Campanha pelo Abono de Natal tornou-se recorrente nos depoimentos dos antigos operários de Magé, sempre citada em um sentido de continuidade, como início de uma luta que só seria levada a termo com a aprovação da Lei da Gratificação de Natal, popularmente conhecida como Décimo Terceiro Salário, instituída em 1962, de autoria do então deputado federal Aarão Steinbruch, nome também sempre lembrado pelos operários. No caso do depoimento do ex-operário Paulo Lopes, percebe-se a valorização do Sindicato como porta-voz das conquistas, ainda que nesse período seus dirigentes não tenham participado das comissões.

Na realidade, a primeira greve por Abono de Natal que se tem notícia no Brasil data de 1945, empreendida pelos eletricitários do Distrito Federal, sendo conquistada uma gratificação equivalente a 8% do salário da categoria. (WEFFORT, 1973: 89).

Dois anos depois, em 1947, o tema já estava sendo debatido no plenário da Câmara dos Deputados, destacando-se a sugestão do deputado Jonas Corrêa, do Partido Social Democrático (PSD) do Distrito Federal, em incluir uma cláusula para a Gratificação de Natal na proposta orçamentária da União; e o projeto de lei do deputado do PTB, Gurgel do Amaral, também do DF, que dispunha sobre o Abono de Natal. Ambos foram arquivados.

No ano seguinte, os deputados comunistas Diógenes Arruda e Pedro Pomar, abrigados na legenda do Partido Social Progressista (PSP), apresentaram diversos projetos instituindo o Abono de Natal para aposentados e pensionistas; para os servidores públicos, civis e militares; e para os trabalhadores de todas as categorias. Todos eles foram arquivados.

Somente em 1949 que foi aprovado o primeiro projeto de lei sobre o tema na Câmara dos Deputados. De autoria do deputado Café Filho, do PSP, o projeto concedeu

Abono de Natal a todos os servidores da União, transformando-se inclusive em norma jurídica, desencadeando projetos análogos em diversos parlamentos pelo país.²

Em Magé, essa campanha tornou-se um dos símbolos do movimento operário, sendo bastante motivada pelos comunistas junto aos trabalhadores das fábricas de tecidos.

O CASO DO AÇÚCAR

Durante as décadas de 1950 e 60, despontava a liderança dos operários e vereadores Astério dos Santos e Darcy Câmara, época em que ocorreram diversas manifestações dos trabalhadores mageenses.

O primeiro episódio tratou-se de uma greve liderada por Astério dos Santos contra a decisão das fábricas em aumentar os números de teares operados pelos tecelões sem, no entanto, elevar o salário. *“Ele dava conselhos pra gente não quebrar nada, não provocar os chefes, só ficar parado sem trabalhar”* (Antônio Maciel de Oliveira, 2005).

“(…) Lembro uma vez de uma greve, que teve por que a gente tinha que tocar quatro máquinas. Então um dia a gente foi trabalhar tocando só três máquinas e eles queriam que pegasse quatro. (...) E ficava todo mundo parado porque a gente se recusava a trabalhar (...)”. (Lúcia de Souza Lima, 2007).

A questão do direito de greve foi levantada diversas vezes pelo vereador e líder sindical no legislativo mageense. Astério dos Santos protestava contra a prisão de líderes sindicais, apoiava movimentos grevistas empreendidos por outras categorias e criticava todos aqueles que militavam contra os interesses do operariado. Em 1961, por exemplo, quando foi proposta a concessão do título de Cidadão Mageense ao Sr. Georgino Ferreira de Mesquita, o vereador Astério dos Santos, juntamente com seu companheiro de bancada, foram os únicos a votarem contra, alegando que não iria homenagear quem foi *“espancador de operários quando exercia o cargo de subdelegado de Polícia no 2º Distrito”* (CMM, nº 22: fl.55). Seu posicionamento político provocava inúmeras reações dos vereadores adversários em plenário.

² Dados obtidos junto a Câmara dos Deputados. Disponível em <www.camara.gov.br>. Acessado em 20 de março de 2009.

“(…) Pede a palavra o vereador Pedro Botelho, recriminando a atitude do vereador Astério dos Santos, que ao invés de tratar de assunto referente ao nosso município, e que venha trazer realmente benefícios à coletividade mageense, vem sistematicamente entrando com requerimentos de moção de aplausos aos líderes sindicais, ao Presidente da República, ao Vice-Presidente da República, aos deputados federais e senadores, para tratar com urgência ao Direito de Greve e outras coisas, que nem de leve toca e traz benefício para o nosso município (...)”. (CMM, nº 21: fl.12).

O outro episódio recorrente nas entrevistas com antigos operários ocorreu em 1959, sendo conhecido como o “caso do açúcar”, quando o preço do produto teria sofrido um reajuste significativo nos armazéns da Fábrica Santo Aleixo, sem motivo legítimo aparente, chegando a ter racionamento desse e de outros gêneros alimentícios. As informações colhidas nos depoimentos acerca do ocorrido, ainda que bastante lembrado pelos operários, são muito confusas. O fato é que houve um protesto dos trabalhadores, que chegaram a interromper suas atividades na fábrica. Durante a manifestação, alguns operários foram presos e levados para a Delegacia de Magé. O presidente do Sindicato, Astério dos Santos, acompanhou o grupo, provocando um boato de que ele também havia sido preso. Assim sendo, faz-se necessário registrar que todos os operários que se recordaram desse fato fizeram questão de afirmar que, espalhada a notícia de que Astério estava preso, diversos sindicatos decretaram greve até que ele fosse libertado. *“Todos nós paramos! Solidariedade, né! Nós não íamos deixar um companheiro preso...”*, disse o então presidente do Sindicato de Pau Grande. (Guilherme Carvalho, 2000).

Os registros de memória dos indivíduos, de forma geral e por definição, são subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas. Dessa forma, a noção de verdade nesses depoimentos ancora-se tanto nas idéias de foro íntimo como na reflexão de suas experiências de vida, descartando inicialmente qualquer possibilidade de uma verdade única, de se saber “o que realmente aconteceu”. Foge, portanto, aos interesses desse trabalho analisar esses aspectos. Assumimos aqui outra concepção de verdade, em sentido plural, onde o que passa realmente a importar em nossa análise é a ótica assumida nos depoimentos e como é expressa por seu autor. (Cf. GOMES, 2004).

Na Câmara Municipal de Magé, o “caso do açúcar” também foi abordado, ainda que não fosse com essa denominação. Com o ocorrido, Astério dos Santos chegou a conquistar a adesão de alguns vereadores, principalmente os de Santo Aleixo, já que a

questão tratava diretamente da garantia de gêneros alimentícios para os operários daquele distrito.

O vereador Domingos José Dias Guerra, do PSP, apresentou um projeto de lei que concedia o auxílio de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) em gêneros alimentícios para os operários da Fábrica Santo Aleixo, que se mantinham em greve. O vereador comunista Darcy Câmara chegou a incluir uma emenda aumentando o valor do auxílio para Cr\$ 320.000, 00 (trezentos e vinte mil cruzeiros), com o objetivo de que cada operário recebesse, ao menos, Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) em mercadorias, tendo em vista que eram 320 trabalhadores na referida fábrica. No entanto, a emenda não recebeu o apoio da maioria dos vereadores, sendo aprovada a proposta inicial do vereador do PSP. Durante a reunião na Câmara, o vereador Astério dos Santos recebeu tanto críticas, quanto demonstrações de apoio, ainda que singelas, por parte dos parlamentares.

“(…) O vereador Astério dos Santos agradece em nome dos trabalhadores a aprovação do projeto. Os vereadores Paulo Leitão Junior e Mário Fernandes Maia sugerem uma comissão de vereadores nomeada pelo Sr. Presidente, uma vez que acham que a presidência do Sindicato se acha incompatibilizada com a direção da fábrica. O vereador Paulo Leitão Junior diz que ouviu de um operário a afirmativa de que a direção da fábrica estava incompatibilizada com o presidente do Sindicato e que cabia ao Sindicato zelar pelos interesses dos trabalhadores. O vereador Domingos José Dias Guerra aparteia para dizer que realmente existe a luta entre o Sindicato e a empresa. O vereador Mário Fernandes Maia volta ao ponto de vista de sugerir uma comissão de vereadores para entrar em entendimentos com a fábrica, alertando a todos que existe uma campanha contra o comunismo e ainda muitos aproveitadores que nestas oportunidades levam os operários ao sacrifício. Continua o vereador Mário Fernandes Maia dizendo que não é comunista, entretanto a sua esposa continuará em greve, solidária com os demais operários. O vereador Emigdio Dutra de Farias pede um aparte para dizer que o que está acontecendo, aconteceria com qualquer presidente do Sindicato (...)”. (CMM, nº 20: fl.51v).

O impasse entre a Fábrica Santo Aleixo e os operários se agravou de tal forma, que a Câmara de Vereadores chegou a convocar uma reunião extraordinária somente para tratar desse caso. Novamente, o vereador Domingos José Dias Guerra tomou a palavra apresentando requerimentos a diversas autoridades, entre as quais o Presidente e Vice-Presidente da República, o Congresso Nacional, o Ministro do Trabalho, o Governador do Estado, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ),

o Delegado Regional do Ministério do Trabalho, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, o Secretário Estadual de Segurança Pública, o Delegado Municipal e o jornal *O Fluminense*, versando sobre os conflitos ocorridos em Santo Aleixo, entre a Companhia Bezerra de Mello, proprietária da fábrica, e os operários da seção da Tecelagem, bem como denunciar “*as medidas anti-sociais que a referida firma vem adotando naquela empresa, responsabilizando-a por qualquer anormalidade que por ventura venha a acontecer*”. (CMM, nº 20: fl.53v).

No decorrer dos seus mandatos, Astério dos Santos e Darcy Câmara também se aproximaram dos trabalhadores rurais do município, engajados nas mobilizações acerca da questão agrária, principalmente na região do Rio D’Ouro (atual sede do Distrito Agrícola de Magé), em terras pertencentes à Companhia América Fabril, proprietária das fábricas de tecidos Pau Grande e Santana. Nos início dos anos 60, parte dessas terras chegou a ser desapropriada. (Cf. ALENTEJANO, 2002).

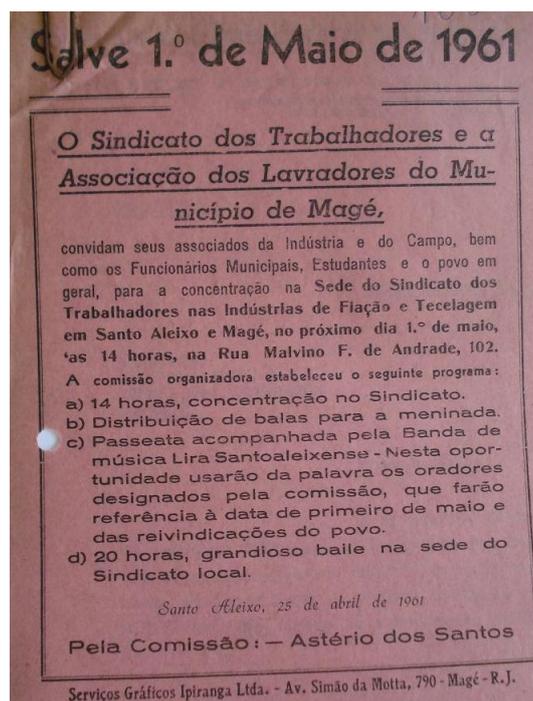


Imagem 02: Panfleto com a programação do Dia do Trabalho em 1961. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Magé.

GREVE EM DEFESA DE DARCY CÂMARA

O vereador Darcy Câmara ingressou na Fábrica Pau Grande aos 14 anos de idade, porém não atuou muito tempo como tecelão. Logo se tornou secretário-mestre da tecelagem, sendo responsável pela escrituração dos teares. Devido sua função “mais esclarecida”, era constantemente procurado pelos demais operários para que conferisse se os seus bilhetes de pagamento estavam corretos.

Com a intensificação dessa prática, associada a sua entrada na militância comunista, Darcy Câmara tornou-se uma espécie de defensor dos trabalhadores têxteis. Quando os bilhetes de pagamento ou o acerto de demissão estavam incorretos ele sempre orientava os operários a quem reclamar e garantir os seus direitos. E é justamente nesse contexto que Darcy Câmara tornou-se líder dos operários de Pau Grande e, posteriormente, vereador.

Por volta de 1957, um dos gerentes da fábrica, no setor de Fiação, conhecido pelo sobrenome Norek, de origem alemã, resolveu transferir Darcy Câmara de seu cargo, ao descobrir que ele “ajudava” os operários. Como uma espécie de castigo, designou que ele fosse trabalhar na lavoura, em terras da própria fábrica. A população indignou-se. O presidente do Sindicato, Guilherme Carvalho, consultou o advogado da entidade, o Dr. Jamil, e convocou uma greve, que perdurou por uma semana. Como resposta, o referido gerente da fábrica entrou em contato com o delegado de Magé, Abílio Gomes Vieira, que foi para o local com reforço policial, visando a volta dos operários ao trabalho. Resultado: os tecelões garantiram o retorno de Darcy Câmara às suas funções de escriturário, o que durou pouco tempo, pois desde então a liderança do comunista junto aos operários paugrandenses foi mais que evidenciada.

Durante a presente pesquisa, nos foi cedido pela família de Darcy Câmara um poema, redigido em estilo de cordel, que contava a história dessa greve. Em linguagem bastante simples e bem humorada, a obra do desconhecido autor apresenta um dos episódios mais marcantes da história operária mageense, que transcrevemos aqui, tal como o original, cujo advogado do Sindicato, por exemplo, é denominado como Dr. Amil.

“Operário de Pau Grande / Precisou pedir socorro
Estava sendo acuado / Como cassa por cachorro.
A causa de tudo isso / Todos já sabem por que

Norek mal chega aqui / Muda a regra de viver.
Darcy a muito tempo / Nesta firma trabalhando
19 anos escrevendo / E seu serviço prestando.
Sem ao menos avisado / Norek mandou chamar
Você vai pra lavoura / Que tem outro em seu lugar.
Veja seu moço se pode / Norek com sua pachorra
Tirar um escriturário / E mandar para a lavoura.
Sabedor de tudo isso / Guilherme o foi procurar
Ou ele volta ao serviço / ou a fábrica vai parar.
Norek daqui é chefe / Diz ele aqui sou a Lei
Guilherme então responde / Isso amanhã eu verei.
Guilherme é nosso amigo / Presidente do Sindicato
Vendo o seu povo ofendido / dá um pulinho de gato.
Vendo o oprimido / Resolve então agir
Requerendo a Justiça / Essa não tardou em vir.
Chegando Dr. Amil / Homem de capacidade
Disse a Norek que o povo / Queria a sua amizade.
O Norek não quis saber / Não quis trégua nem arrego
Mandou chamar a Polícia / para o povo ficar com medo.
O povo então revoltado / Resolverão então parar
Vamos todos ao nosso posto / Mais não vamos trabalhar.
A Polícia chegou armado / De metralhadora e fuzil
Mais de vinte soldado / O que aqui nunca se viu.
Os operários umildes / quietos sem nada falar
Continuarão no seu posto / mas nada de trabalhar.
Mas o Capitão Abílio / Então com doze soldado
Para obrigar os operários / Até um foi espancado.
Um Capitão do Exército / Chegou com nosso adeogado
Apanhou eles em fragante / Que dali forão espulsado.
Norek diz eu vou embora / Fiquei tão envergonhado
Não pensei que uma coisinha / Daria tão mau resultado.
Perguntou Dr. Amil: o Sr. não sabia / Então me responde esta
Não sabe que uma faísca / Ensendeia uma floresta?”.³

De fato, a militância comunista se consolidou no município de Magé por meio dessas manifestações: comissões de fábrica, campanhas, passeatas, comícios e greves. A partir desses episódios surgiram trabalhadores porta-vozes de seus pares, que por uma relação profícua de identificação tornaram-se homens políticos, portadores das esperanças de muitos operários têxteis, que imprimiram marcas indelévels na memória e na identidade dos trabalhadores mageenses.

³ Autor desconhecido. s/d. Cedido, em cópia reprográfica, por Gecília Câmara, irmã de Darcy Câmara, em 2009. Acervo da família.

Documentos particulares:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). Prontuário individual do Dr. Irun Sant'Anna, registrado sob o número 13.573, gaveta 175:

a) *Carta aberta redigida e divulgada por Irun Sant'Anna, presidente Comissão de Finanças Pró-Imprensa Popular*. Magé: outubro de 1946.

b) *Parte de Serviço do investigador Austrícano da Silva ao Comissário Geral Heráclito da Silva Araújo*. Niterói: 29 de outubro de 1946

c) *Parte de Serviço do Comissário Chefe da SOS, Nabuco da Silveira Couto ao Comissário Geral da DOPS, Heráclito da Silva Araújo*. Niterói: 10 de janeiro de 1949.

d) *Ocorrências do dia 27 para 28 de março de 1949*. Ocorrência registrada pelo Plantão Responsável, Jair da Rocha Costa. Niterói: 28 de março de 1949.

GECÍLIA CÂMARA. Poema em estilo de cordel. Autor desconhecido. s/d.

Entrevistas:

ANTÔNIO MACIEL DE OLIVEIRA, ex-operário, concedida à Juçara da Silva Barbosa de Mello, em 20 de janeiro de 2005.

GUILHERME CARVALHO (já falecido), ex-presidente do Sindicato de Pau Grande, concedida ao autor, em 2000.

IRUN SANT'ANNA, médico e ex-líder comunista, concedida ao autor, em 06 de abril de 2006.

LÚCIA DE SOUZA, ex-operária e militante comunista, concedida a Juçara da Silva Barbosa de Mello, em 10 de outubro de 2007.

PAULO LOPES, ex-operário e militante comunista, concedida à Juçara da Silva Barbosa de Mello, em 2005.

Impressos:

BIBLIOTECA NACIONAL (BN). *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro: 27 de outubro de 1946.

Manuscritos:

CÂMARA MUNICIPAL DE MAGÉ (CMM). *Livro de Atas nº 20 (18/07/1958 a 06/11/1959); nº 21 (10/11/1959 a 29/11/1960); e nº 22 (30/11/1960 a 13/02/1962)*.

Referências Bibliográficas:

ALENTEJANO, Paulo [et.al]. Assentamento Cachoeira Grande: Magé. In: *Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidades e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 2 ed.
- GOMES, Angela de Castro [org.]. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o Breve Século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. São Gonçalo, RJ: Dissertação de Mestrado em História Social da FFP/UERJ, 2008.
- QUERINO, Rosimar Alves. *Democracia inconclusa: militância comunista e repressão política no interior paulista (1945-1964)*. Araraquara (SP): tese de Doutorado em Sociologia da UNESP, 2006.
- RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *Operário à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. São Gonçalo, RJ: Dissertação de Mestrado em História Social da FFP/UERJ, 2009.
- RIBEIRO, Jayme Fernandes. Os “Inimigos da Paz”: Estado, imprensa e a repressão ao movimento dos “Partidários da Paz” no Brasil (1950-1956). *Seculum: Revista de História*. João Pessoa: jul-dez/2007. n.17.
- SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após-guerra. *Estudos CEBRAP*. São Paulo: abr-jun/1973. v.4.